



ACÓRDÃO Nº 607/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11157/2017.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Responsável: Edward Malta de Oliveira (Ordenador de Despesa).

4- Órgão: Secretaria Executiva da Vice-Governadoria.

5- Exercício: 2016.

6- Advogado: Não Possui.

7- Unidade Técnica: DICAD.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1503/2019-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Executiva da Vice-Governadoria. Exercício de 2016.

Regularidade com ressalvas. Recomendação. Quitação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas da Secretaria Executiva da Vice-Governadoria, referente ao exercício financeiro de 2016, de responsabilidade do **Sr. Edward Malta de Oliveira**, nos termos do art. 1º, II, 22, II, e 24 da Lei 2423/1996 e art. 188, § 1º, II, e 189, II, da Resolução 4/2002 – TCE/AM;

10.2. Recomendar à atual gestão da Secretaria Executiva da Vice-Governadoria:

10.2.1. O encaminhamento de relatório e certificado de auditoria quando das prestações de contas vindouras, conforme art. 13 da Decisão Normativa nº 156/2016-TCU e art. 10, III, da Lei nº 2.423/1996 (Lei Orgânica TCE/AM);

10.2.2. A realização de pesquisa de preços antes de prorrogar contratos firmados, nos termos da Lei 8.666/93.



ACÓRDÃO Nº 607/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.3. Dar quitação ao Sr. Edward Malta de Oliveira, nos termos dos arts. 24 e 72, II, ambos da Lei n. 2423/1996, c/c o art. 189, II, da Resolução 4/2002 – TCE/AM;

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno a adoção das providências previstas no art. 161 da Resolução 4/2002 - TCE/AM.

11- Ata: 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 16 de Julho de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Julio Cabral (Presidente, em sessão), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

JULIO CABRAL

Conselheiro-Presidente, em sessão

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral